



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/MS

ESTUDO PRELIMINAR Nº 19607857/2023-GTED/SR/PF/MS

Processo nº 08335.003399/2024-96

1. INTRODUÇÃO

1.1. O ETP tem por objetivo atender ao disposto na IN 58/2022-MPDG, "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura visando a **reforma de imóvel da União localizado na Av. Pres. Vargas, 70 - Vila Militar, Município de Ponta Porã/MS, onde funciona a Delegacia de Polícia Federal - DPF/PPA/MS.**

1.2. A demanda foi formalizada no processo SEI nº 08335.003399/2024-96 através do Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/MS (34937819), sendo anexadas ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 58/2022-MPDG, sendo a presente análise pautada pelas diretrizes traçadas pela referida IN.

1.3. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela:

1.3.1. Lei 14.133/2021 - Legislação Federal;

1.3.2. Decreto nº 7.983/2013 - Legislação Federal;

1.3.3. Portaria 443/2018 - MPDG;

1.3.4. Instrução Normativa nº 05/2017 - MPDG;

1.3.5. Instrução Normativa nº 58/2020 - MPDG.

1.4. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de obra e serviços comuns de engenharia, visto que as atividades a serem desenvolvidas possuem soluções originais e serão mensuradas de acordo com as necessidades da edificação e dos sistemas envolvidos.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da contratação foi exposta no item 1 do Documento de Formalização da Demanda (34937819) conforme exposto a seguir:

2.1.1. "Trata-se da necessidade de adequação das instalações físicas da delegacia, troca de pisos e revestimentos, divisórias, forros, e pintura do imóvel localizado na Av. Pres. Vargas, 70 - Vila Militar, Município de Ponta Porã/MS, com a finalidade de melhoria nas instalações da delegacia onde se encontram vários servidores da Polícia da Polícia Federal em Ponta Porã/MS."

2.1.2. Essa reforma visa aprimorar o cumprimento das atribuições institucionais deste órgão, bem como propiciar melhores condições de trabalho aos servidores lotados naquela delegacia de Polícia Federal.

2.1.3. Obs: A referida obra foi devidamente incluída no PLANOB (MS-2021-08). O contrato de reforma do prédio desta Delegacia descentralizada, registrado sob nº SEI 08335.008580/2021-46, não foi executado em sua totalidade pela contratada. Foi constatado o abandono da obra - conforme informação nº 26316465-GTED/SR/PF/MS;. Por isso esse novo processo visa a continuação e finalização da reforma.

2.2. Perspectiva do Interesse Público:

2.2.1. É obrigação do gestor público prezar pela preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene das edificações e de todos os sistemas que a compõem, constituindo-se, portanto, em uma necessidade a reforma da DPF/PPA/MS. A não execução de tal intervenção traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do órgão. Além disso, as edificações objeto desta contratação foram custeadas por meio de verba pública, sendo certo que deverão estar em condições de funcionamento por todo o ciclo de vida útil que os materiais ali empregados permitirem, ou seja, ao menos 50 anos. Tais edificações não podem ser consideradas bens descartáveis ou ainda presumir que a obsolescência programada prevaleça com o único fim de construir novas edificações a pretexto de dispensar as já existentes.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. O setor requisitante foi devidamente indicado no Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/MS 34937819 conforme tabela abaixo:

SETOR	RESPONSÁVEL	CARGO/FUNÇÃO
GAB/DPF/PPA/MS	ANEZIO ROSA DE ANDRADE	DPF/Chefe da DPF/PPA/MS

4. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

4.1. No Boletim de Serviço nº 093, de 19 de maio de 2014, foi publicada a PORTARIA Nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, que aprova a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências. O ANEXO I da referida portaria traz o PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL – 2010/2022 propriamente dito. No item 9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS do citado anexo, destacamos os seguintes objetivos e ações estratégicas::

OBJETIVO INSTITUCIONAL	AÇÃO ESTRATÉGICA
9.5. Promover a Cidadania	9.5.2. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.7. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	9.7.1. Gestão de Obras e Infraestrutura Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
---	--

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para execução **reforma de imóvel da União localizado na Av. Pres. Vargas, 70 - Vila Militar, Município de Ponta Porã/MS, onde funciona a Delegacia de Polícia Federal - DPF/PPA/MS**, conforme condições previstas neste Termo de Referência e Anexos.

5.2. Natureza da Contratação:

5.2.1. Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não continuado, não sendo prorrogável na forma do art.106 da Lei de Licitações.

5.3. Duração Inicial do Contrato:

5.3.1. O contrato terá duração inicial de **12 (doze) meses**, não sendo prorrogável na forma do art.106 da Lei de Licitações.

5.4. Sustentabilidade:

5.4.1. A empresa ou o consórcio de empresa que vier a ser contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.4.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

5.4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.4.1.5. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.4.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.4.1.7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.4.1.8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.4.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.5. Transição Contratual:

5.5.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

5.6. Relevância dos requisitos estipulados:

5.6.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de **serviço comum** (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa ou do consórcio que prestará o serviço à Polícia Federal poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

5.6.2. Em pesquisa realizada na internet a respeito de licitações semelhantes de outros órgão públicos, chegou-se a planilha a seguir:

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE	NÚMERO	TIPO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	Contratação de empresa especializada, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), para fornecimento de material e mão de obra destinados à construção de Guarita, Pórtico e Arruamento no IFROCampus Jaru, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, anexo do Edital, suas plantas, desenhos e demais complementos que integram este instrumento convocatório	Regime Diferenciado de Contratação - RDC - forma eletrônica	02/2019	Empreitada por preço unitário
O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de guarita pré-moldada e execução de infra-estrutura para instalações hidrossanitárias e elétricas na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude do MPDFT	Pregão Eletrônico	18/2011	Empreitada por preço global
A Câmara Municipal de Campo Largo/PR	Construção de Guarita nas dependências da Câmara Municipal de Campo Largo	Tomada de Preço	01/2020	Empreitada integral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Marabá Industrial	Contratação de Pessoa Jurídica para Execução da Obra de Adequação da Acessibilidade, da Rede de Drenagem, das Instalações Elétricas e da Guarita e Construção do Bloco Anexo do IFPA-Campus Marabá Industrial.	Tomada de Preço	01/2020	Empreitada por preço global

5.6.3. Como se observa na tabela acima, os serviços licitados se assemelham ao ora pretendido pela PF. Devido a se tratar de uma obra de reforma, pode haver divergência dos quantitativos reais a serem executados dos levantados nos projetos, motivo pelo qual o tipo da licitação por **custo unitário** se mostra mais adequado.

5.6.4. O Decreto nº 10.024/2019, determina que o **pregão eletrônico** se tornou a modalidade de adoção obrigatória no âmbito da União. Não apenas para todos os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, mas também para os demais órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, quando o objeto for considerado **comum**.

5.6.5. Nesse sentido, quando não for possível a adoção do **pregão eletrônico**, deve ser realizado o pregão presencial, mas isso apenas mediante justificativa de inviabilidade da utilização do eletrônico.

5.6.6. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a **reforma de imóvel da União localizado na Av. Pres. Vargas, 70 - Vila Militar, Município de Ponta Porã/MS, onde funciona a Delegacia de Polícia Federal - DPF/PPA/MS.**

5.6.7. Por fim, o serviço é classificado como especializado de engenharia ou arquitetura com **complexidade baixa**, não sendo, portanto, considerado limitador da participação de demais empresas especializadas no ramo. Assim, temos por bem manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

6.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

6.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

6.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

6.5. Modalidades de contratações existentes no mercado:

6.5.1. Design-Bid-Build (DBB):

6.5.1.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação;

6.5.1.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto;

6.5.1.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 14.133, cujo vencedor é aquele de menor preço;

6.5.1.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

6.5.2. Design-Build (DB):

6.5.2.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB;

6.5.2.2. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção;

6.5.2.3. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações;

6.5.2.4. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o 50 contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

6.5.3. Engineer-at-Risk (EAR):

6.5.3.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR;

6.5.3.2. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

6.5.4. Design-Build-Operate (DBO)

6.5.4.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo;

6.5.4.2. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento;

6.5.4.3. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto;

6.5.4.4. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

6.5.5. Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)

6.5.5.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida;

6.5.5.2. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo "take-or-pay", ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT;

6.5.5.3. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

6.5.6. Engineering, Procurement, Construction (EPC)

6.5.6.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada);

6.5.6.2. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global);

6.5.6.3. Segundo Wade (2005), para a *Fédération International et des Ingénieurs Conseils* (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (*turnkey*);
- o contrato é do tipo preço global.

6.5.6.4. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto;

6.5.6.5. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

1. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;
2. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

6.5.6.6. Em razão de se tratar de uma reforma onde os projetos básicos e executivos puderam ser elaborados por servidores do GTED/PF/SR/MS, e, portanto, não houve a necessidade de contratação de profissional para elaboração dos mesmos, optou-se pela contratação da construção da obra como forma de tornar o processo mais ágil e vantajoso a administração. Portanto, a modalidade que se aplica nesta obra é **Engineer-at-Risk (EAR)**.

6.5.6.7. A solução, portanto, é a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para execução da referida reforma, bem como as devidas regularizações do imóvel.

6.6. Pesquisa de mercado de licitações similares:

6.6.1. Em uma pesquisa preliminar ao Pannel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>), excluindo-se as licitações revogadas, anuladas, canceladas e com objetos diversos dos almejados por esta pesquisa, foram identificados alguns processos de compra em todos o território nacional com o objeto similar ao da presente licitação. Foram utilizados os seguintes filtros:

- 6.6.1.1. Campo Ano da Compra: "2023";
- 6.6.1.2. Campo Descrição Complementar: "Reforma predial";

6.6.2. A pesquisa resumida resultante esta detalhada abaixo:

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor
00054/2023	00001	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	29273,04	S2R COMERCIAL E SERVICOS LTDA
00022/2023	00001	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	2168961,58	POSTEC COMERCIO E SERVICO EM TECN
00004/2023	00004	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	4440,50	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00004/2023	00019	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	5649,00	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00004/2023	00028	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	5680,00	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00068/2023	00009	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	102052,92	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTA
00017/2023	00002	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		2	53822,40	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTD
08349/2023	00002	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	60000,00	VMJ GERENCIAMENTO E CONSTRUCOES
08349/2023	00001	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	155700,00	VMJ GERENCIAMENTO E CONSTRUCOES
00017/2023	00001	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		23	41460,96	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTD
00004/2023	00011	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	4649,00	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00068/2023	00008	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	48603,36	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTD
00004/2023	00013	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	5392,00	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00008/2023	00080	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		3.580	19,75	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00016	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		955	110,00	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00091	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		179	304,60	RENOVA CONSTRUCOES E PAISAGISMO
00008/2023	00035	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		84	725,00	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00099	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1.180	267,90	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00033	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		296	745,90	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00029	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		323	102,95	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00042	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		400	360,00	CASA 10 COMERCIO E ADMINISTRACAO
00008/2023	00017	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		500	35,00	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00036	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		54	890,00	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00040	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		335	419,50	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00039	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		333	124,95	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00021	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		188	908,21	FIEL COMERCIAL E SERVICOS LTDA
00008/2023	00022	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		398	6,90	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00028	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		159	35,00	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00037	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		35	1795,80	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00081	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		6.505	4,90	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00020	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		575	798,90	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00038	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		43	1565,90	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00041	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		63	355,00	CASA 10 COMERCIO E ADMINISTRACAO
00008/2023	00018	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		548	342,42	FIEL COMERCIAL E SERVICOS LTDA
00008/2023	00031	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		360	69,90	T.A.V. NESPOLO LTDA
00008/2023	00030	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		279	799,52	JM COMERCIO, CONSTRUCAO E SERVIC
00008/2023	00110	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1.170	65,00	CASA 10 COMERCIO E ADMINISTRACAO
00008/2023	00019	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		280	20,00	T.A.V. NESPOLO LTDA
00066/2023	00001	Dispensa de Licitação	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		1	1824,00	48.063.131 CLAYTON DE JESUS GONCALV
00037/2023	00002	Dispensa de Licitação	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	6050,55	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00037/2023	00001	Dispensa de Licitação	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		12	11090,03	SERVPLAN - SERVICOS DE LIMPEZA AM
00009/2023	00022	Pregão	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE		400	74,80	MIX - COMERCIO, CONSTRUCAO E SER

00009/2023	00020	Pregão	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	400	134,80	MIX - COMERCIO, CONSTRUCAO E SERV
00009/2023	00023	Pregão	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	300	393,80	MIX - COMERCIO, CONSTRUCAO E SERV
00006/2023	00001	Pregão	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	1	64500,00	CONSTRUTORA MARASSI LTDA
00081/2023	00001	Dispensa de Licitação	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	1	23997,99	WLADIMIR LUIZ BENEDITO
00436/2023	00001	Dispensa de Licitação	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	1	2000,00	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA
00252/2023	00001	Dispensa de Licitação	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	1	1109,60	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA
00252/2023	00002	Dispensa de Licitação	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	1	388,36	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA
00022/2023	00001	Pregão	1627MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL UNIDADE	260	100,00	J.M.J COMERCIO E SERVICOS LTDA

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados:
- 7.1.1. A(s) empresa(s) que vencer(em) o processo licitatório deverá(ão), com a técnica adequada, e com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar(em) o serviço de **reforma de imóvel da União localizado na Av. Pres. Vargas, 70 - Vila Militar, Município de Ponta Porã/MS, onde funciona a Delegacia de Polícia Federal - DPF/PPA/MS.**
- 7.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de adequação das instalações físicas e aparelhos de ar condicionado do imóvel e outros serviços para a atual sede administrativa da DPF/PPA/MS, sendo:
- Retirada de forro, divisórias, portas, louças e metais;
 - Instalação de novo piso e revestimento cerâmico;
 - Instalação de novas divisórias, forro, portas e fechaduras;
 - Instalação de bancada de granito, cubas e armários;
 - Pintura Interna de grande parte da edificação;
 - Instalação de novos aparelhos de ar condicionado;
 - Limpeza geral da obra.
- 7.3. O objeto da presente licitação será licitado como um único lote.
- 7.4. Em caso de incompatibilidade entre os projetos e o local da obra, o fiscal deverá ser consultado com a orientação técnica do GTED/SR/PF/MS.
- 7.5. As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Termo de Referência e seus anexos.
- 7.6. Os quantitativos indicados na planilha orçamentária serão verificados no local no momento da execução dos serviços, podendo haver glosa ou aditivo em razão da necessidade ou não de serviços verificados nos locais.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 8.1. As áreas e quantitativos da edificação existente foram apuradas com base em projetos existentes e levantamentos feitos no local pela equipe do GTED/PF/SR/MS.
- 8.2. A partir do levantamento fotográfico e plantas existentes foram gerados projetos arquitetônico e complementares, além de planilha orçamentária. Devido a se tratar de uma obra de reforma, pode haver divergência dos quantitativos reais a serem executados dos levantados nos projetos, motivo pelo qual o tipo da licitação por **custo unitário** se mostra mais adequado.
- 8.3. As quantidades apresentadas abaixo representam a curva ABC de Serviços de cada lote. O orçamento analítico será apresentado no Termo de Referências.
- 8.4. Lembrando que maiores detalhes serão devidamente minudenciados no Termo de Referência e seus anexos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. As custos estimados da obra/serviço foram apuradas com base em Projetos Básicos desenvolvidos por equipe do GTED/PF/SR/MS.
- 9.2. Com base nos quantitativos, foi elaborada planilha orçamentária estimativa conforme abaixo:

--

Item	Descrição	Total	Peso (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	14.885,04	9,23 %
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	3.125,76	1,94 %
3	PISOS E REVESTIMENTOS	28.091,19	17,42 %
4	PORTAS, DIVISÓRIAS E FORRO	66.831,72	41,45 %
5	BANHEIROS E COPAS	18.073,22	11,21 %
6	PINTURA	16.387,43	10,16 %
7	CLIMATIZAÇÃO	12.931,34	8,02 %
8	LIMPEZA GERAL	920,46	0,57 %
	TOTAL SEM BDI	132.572,35	
	BDI	28.673,81	
	TOTAL COM BDI	161.246,16	

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

10.1.1. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

10.1.2. A licitação será pelo menor preço global. O parcelamento do objeto da presente licitação se mostra técnica e economicamente inviável. Os projetos básicos e executivos já serão fornecidos. Caso os projetos sejam licitados separadamente da obra, a não entrega do primeiro ou o seu atraso causará grandes prejuízos na execução do segundo.

10.1.3. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

10.1.3.1. O parcelamento do objeto, em razão de se tratar da execução de um serviço/obra em uma única localidade, poderia acarretar em perda de escala. Além disso os serviços são interdependentes entre si de modo que não podem ser separados sem que isso prejudique consideravelmente ou inviabilize a sua execução.

10.1.3.2. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10.1.4. Os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, ou seja, empresas de engenharia ou arquitetura, não implicando em restrição de competitividade.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. Plano Anual de Obras (PLANOB) 2020/2021 consolida as diretrizes e identifica as prioridades para obras e serviços de engenharia da PF, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas ao DPF.

12.2. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

12.2.1. Pessoal motivado;

12.2.2. Apoio logístico efetivo;

12.2.3. Credibilidade mantida;

12.2.4. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;

12.2.5. Gestão de Obras e Infraestrutura.

12.3. Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.

12.4. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

12.4.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

- 12.4.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.
- 12.5. É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve inclusive a manutenção em perfeito estado da identidade visual de suas edificações através da manutenção das pinturas e revestimentos.
- 12.6. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”
- 12.7. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 13.1. Conforme exposto a Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS conta com espaço físico bem limitado, problema esse que futuramente será resolvido com a construção da nova sede. Porém, pelo tempo necessário para a obra da nova delegacia ser concluída, é urgente a necessidade de melhoria no espaço físico da atual delegacia.
- 13.2. Além disso, com a melhoria que a reforma causará na edificação, para uso dos servidores policiais e atendimento ao público, melhorará o aproveitamento do efetivo que lá trabalha, diminuindo, assim, os problemas daquela descentralizada.
- 13.3. Desse modo, os resultados pretendidos são uma melhora no atendimento ao público em geral, além de proporcionar condição de trabalho mais adequado aos servidores policiais e administrativos que trabalham na Polícia Federal de Ponta Porã/MS.
- 13.4. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo, financeiro e legal, a solução apontada neste documento.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 14.1. Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:
- 14.1.1. O contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da PF/MS, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da Polícia Federal poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato. O fiscal será auxiliado pelos servidores designados. A execução dos serviços é de competência da empresa contratada.
- 14.2. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:
- 14.2.1. Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços nas unidades da PF no MS, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.
- 14.3. Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:
- 14.3.1. Mapa de riscos anexada ao processo.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 15.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**. Desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.
- 15.2. Neste contexto, na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente porém, na execução da obra, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:
- 15.2.1. **Geração de resíduos:**
- 15.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.
- 15.2.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:
- 15.2.1.3. Classe I – resíduos perigosos;
- 15.2.1.4. Classe II - resíduos não perigosos.
- 15.2.1.5. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.
- 15.2.2. **Ruídos (poluição sonora):**
- 15.2.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionados sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.
- 15.2.2.2. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.
- 15.2.3. **Aumento do consumo de energia**
- 15.2.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.
- 15.2.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.
- 15.2.4. **Desperdício de água**
- 15.2.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.
- 15.2.5. **Mudanças em depósitos hídricos naturais**
- 15.2.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquíferos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.
- 15.2.6. **Poluição do solo**
- 15.2.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.
- 16.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16.4.

17. RESPONSÁVEIS

17.1. O presente documento foi elaborado pelos servidores abaixo relacionados:

DESPACHO	Mat. PF	NOME	CARGO/FUNÇÃO
INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 19540302/2020-GTED/SR/PF/MS	10.737	Alvanter Garcia Morais	Perito Criminal Federal / Chefe do GTED/SR/PF/MS
INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 19540302/2020-GTED/SR/PF/MS	21.836	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Escrivão de Polícia Federal
INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 19540302/2020-GTED/SR/PF/MS	11.662	Levi Monteiro de Souza	Agente Administrativo

18. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

18.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

18.1.1. As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

19. ANEXO I - DEMONSTRATIVOS PARA OS BDIS

19.1. BDIs para o município de Ponta Porã/MS:

19.1.1. **BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI - DIFERENCIADO							
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis			Composição de BDI Adotada		Observações:
		1º Quartil	Médio	3º Quartil			
1	Garantia e Seguro (GS)	0,30%	0,48%	0,82%	Garantia e Seguro (GS)	0,48%	1 - Fórmula adotada: BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)-1 2 - Limites Acórdão TCU: 20,34% a 25,00% 3 - Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. 4 - Tributos adotados: PIS+COFINS+ISS
2	Risco (R)	0,56%	0,85%	0,89%	Risco (R)	0,85%	
3	Despesas financeiras (Df)	0,85%	0,85%	1,11%	Despesas financeiras (Df)	0,85%	
4	Administração Central (Ac)	1,50%	3,45%	4,49%	Administração Central (Ac)	3,45%	
5	Lucro (L)	3,50%	5,11%	6,22%	Lucro (L)	5,11%	
6	Impostos (I)				Impostos (I)	3,65%	
6.1	PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo) *			PIS	0,65%	
6.2	COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)*			COFINS	3,00%	
6.3	ISS	2% a 5% **			ISS	0,00%	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,5% (mão de obra desonerada)			CPRB - Lei 12.546/11		
BDI					15,28%		
ISS Ponta Porã: 5%							

19.1.2. **BDI para Mão de Obra:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI - SERVIÇO									
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis			Composição de BDI Adotada		Observações:		
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	1 - Fórmula adotada: $BDI = ((1 + AC + R + GS) \times (1 + Df) \times (1 + L)) / (1 - I) - 1$ 2 - Limites Acórdão TCU: 20,34% a 25,00%		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	1,27%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%			
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	4,00%			
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%			
6	Impostos (I)				Impostos (I)	5,65%			

6.1	PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo) *	PIS	0,65%	3 - Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. 4 - Tributos adotados: PIS+COFINS+ISS
6.2	COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)*	COFINS	3,00%	
6.3	ISS	2% a 5% **	ISS	2,00%	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,5% (mão de obra desonerada)	CPRB - Lei 12.546/11		
BDI				22,23%	
ISS Ponta Porã: 5% (28% do valor do orçamento corresponde a mão de obra); adotado o mínimo de 2%					

ALVANTER GARCIA MORAIS
Perito Criminal Federal
Membro da EPC

GABRIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES
Escrivão de Polícia Federal
Membro da EPC

LEVI MONTEIRO DE SOUZA
Agente Administrativo
Membro da EPC



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 17/09/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36384171&crc=518B132E.
Código verificador: **36384171** e Código CRC: **518B132E**.